

DAR OLHAR À EDUCAÇÃO INFANTIL: INSPIRAÇÕES PEDAGÓGICAS DE SAN MINIATO QUE PODEM SER REVERBERADAS NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Lucas Vitor Baumgärtner

Bruna Bernardes Coelho Pereira

Daniela Fischer Zambonetti

Beatriz Aparecida Amorim

Resumo

O estudo analisa a organização pedagógica e as concepções de infância presentes nas instituições de Educação Infantil de San Miniato, na Itália, buscando identificar práticas e princípios capazes de inspirar contextos brasileiros. O trabalho examina aspectos como protagonismo infantil, inclusão, organização de espaços e tempos, relações colaborativas e cultura institucional, articulando essas reflexões com referenciais contemporâneos da área. Evidencia-se que a centralidade da criança, o reconhecimento da diversidade, a cooperação entre educadores e famílias e a intencionalidade na construção dos ambientes constituem uma pedagogia que integra dimensões éticas, políticas e estéticas. Os resultados indicam que práticas observadas em San Miniato — como escuta sensível, ambientes flexíveis, grupos multietários, redes de apoio e visão comunitária da educação — podem contribuir para ampliar debates e fortalecer políticas de qualidade na Educação Infantil brasileira. Conclui-se que reconhecer a criança como sujeito de direitos implica repensar concepções e formas de organização institucional.

Palavras-chave: Educação Infantil; San Miniato; Organização Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A temática deste estudo tem origem na palestra “Do Olhar à Ação: A Educação que Inspira”, realizada em 2025 e mediada pelo professor Dr. Aldo

Fortunati, da Universidade de Firenze, cuja abordagem suscitou reflexões que motivaram esta investigação. Nas últimas décadas, a Educação Infantil tem passado por um deslocamento epistemológico e político significativo, no qual a criança deixa de ser compreendida como sujeito passivo e passa a ser reconhecida como protagonista de suas aprendizagens, produtora de cultura e participante ativa da vida social. Nesse contexto, a abordagem de San Miniato, na Itália, destaca o direito das crianças à ação, à expressão e à participação, valorizando a escuta sensível, a organização intencional dos espaços e tempos, a inclusão, a equidade e a cooperação entre educadores, famílias e comunidade.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa que orienta o estudo consiste em identificar quais pontos relevantes presentes nas instituições de Educação Infantil de San Miniato podem reverberar e inspirar práticas nas instituições brasileiras. Em consonância com essa questão, o objetivo geral foi identificar princípios, práticas e fundamentos dessas instituições que possam contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas no contexto brasileiro.

A investigação justifica-se, inicialmente, por motivações profissionais e formativas vinculadas à vivência cotidiana dos desafios presentes nas instituições de Educação Infantil no Brasil e ao compromisso ético com o desenvolvimento integral das crianças. Ampliar o olhar sobre práticas que valorizem o protagonismo infantil, a autonomia, a escuta e a construção coletiva do ambiente educativo revela-se essencial para qualificar o trabalho pedagógico e fortalecer uma pedagogia humanizadora e democrática.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo justifica-se pela relevância de investigar concepções pedagógicas internacionais que dialogam com debates contemporâneos sobre infância, currículo, organização dos espaços e relações institucionais, ampliando o repertório teórico e favorecendo o diálogo entre diferentes perspectivas educacionais. Em âmbito social, a pesquisa contribui para refletir sobre políticas e práticas que assegurem às crianças uma educação inclusiva, equitativa e culturalmente significativa, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo é classificado quanto à sua abordagem como qualitativo, uma vez que esse tipo de investigação é especialmente adequado quando se busca compreender fenômenos em profundidade e em seu contexto natural. Conforme afirma Gil, a pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos” (Gil, 2008, p. 135), característica que se alinha ao propósito deste trabalho ao analisar concepções pedagógicas, práticas institucionais e princípios que sustentam a organização da Educação Infantil na perspectiva da abordagem de San Miniato. Nesse sentido, a abordagem qualitativa permite compreender sentidos, significados e valores atribuídos às práticas educativas, ampliando o olhar sobre a infância e suas relações com políticas, espaços e interações.

Do mesmo modo, justificamos o caráter exploratório da investigação, tendo em vista que, conforme destaca Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. Essa natureza exploratória mostra-se coerente com o objetivo de examinar aspectos estruturantes da Educação Infantil em San Miniato e identificar elementos que possam dialogar com o contexto brasileiro, desvelando nuances relacionadas ao protagonismo infantil, à organização dos espaços, às práticas de inclusão e às dinâmicas colaborativas entre educadores, famílias e instituições.

Em relação à natureza básica da pesquisa, sua fundamentação reside no fato de que esse tipo de investigação busca ampliar conhecimentos teóricos, sem a pretensão imediata de aplicação prática. A análise realizada pretende contribuir para o avanço conceitual no campo da Educação Infantil, oferecendo subsídios para reflexões sobre políticas públicas, concepções pedagógicas e cultura institucional, sem se configurar como pesquisa de intervenção ou aplicação direta.

Por fim, a escolha pelo procedimento de pesquisa ensaio teórico encontra respaldo na concepção apresentada por Gil, para quem esse tipo

de estudo “procura sistematizar conhecimentos já existentes, oferecendo novas interpretações” (Gil, 2002, p. 44). Desse modo, o ensaio teórico permite articular referenciais da literatura acadêmica, reflexões sobre práticas observadas em contextos internacionais e discussões contemporâneas sobre infância, inclusão, organização pedagógica e participação coletiva. Essa opção metodológica possibilita construir uma análise interpretativa e crítica que integra diferentes perspectivas, contribuindo para aprofundar o debate sobre a concepção de criança e de Educação Infantil que orienta as práticas em San Miniato e suas potenciais reverberações no cenário brasileiro.

A construção de uma pedagogia da infância ancorada no protagonismo infantil exige um deslocamento epistemológico fundamental: transformar o olhar pedagógico em ação comprometida com a autonomia, a expressão e a participação das crianças. A ideia de que a educação deve inspirar a partir do olhar atento ao protagonismo infantil encontra eco na afirmação de Rinaldi de que “a escuta é uma ação ética que funda a relação pedagógica” (Rinaldi, 2006, p. 75). Escutar, nesse sentido, transcende a dimensão sensorial e se converte em ato político, formativo e transformador, pois implica reconhecer a criança não apenas como destinatária da ação educativa, mas como sujeito pleno de direitos e capacidades.

Essa concepção amplia a compreensão do papel das instituições da infância ao incluir questões essenciais, como o direito das crianças à ação, a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades da infância, o compromisso com a equidade de gênero e o reconhecimento de que as condições socioeconômicas incidem de maneira significativa no desenvolvimento infantil. Esses elementos reafirmam que a Educação Infantil é um campo ético e político. Como defendem Dahlberg, Moss e Pence, “a educação infantil carrega valores, escolhas e disputas que ultrapassam o nível técnico” (2019, p. 101). Portanto, pensar a ação pedagógica implica analisar o contexto social que constitui a vida das crianças e que, muitas vezes, determina suas oportunidades de participação.

Nesse horizonte, ganha centralidade a discussão sobre inclusão e pertencimento como eixos estruturantes da qualidade educativa. A

compreensão de que as crianças são diferentes entre si desde sempre, e não em função de suas potencialidades, problematiza visões normativas e homogeneizadoras. A diferença deixa de ser interpretada como um obstáculo e passa a ser compreendida como condição humana, fundamento cultural e motor das relações. Skliar sintetiza essa perspectiva ao afirmar que “incluir é deslocar-se para aprender a viver e conviver com a diferença, e não apesar dela” (Skliar, 2003, p. 58). Assim, a inclusão deixa de ser uma prática remediadora e passa a constituir uma postura epistemológica que reconhece a pluralidade da infância.

Ao discutir as desigualdades socioeconômicas que atravessam a vida das crianças, evidencia-se a necessidade de políticas de apoio às famílias, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade. A literatura indica que investimentos na primeira infância possuem elevado retorno social, como demonstrado por Heckman, ao afirmar que “cada dólar investido na infância retorna à sociedade de forma multiplicada” (Heckman, 2006, p. 14). Dessa forma, políticas educacionais e sociais articuladas são determinantes para garantir às crianças condições dignas de desenvolvimento e aprendizagem, reafirmando que a Educação Infantil não pode ser isolada das políticas públicas mais amplas.

No âmbito das práticas pedagógicas, a abordagem de San Miniato destaca-se por articular fundamentos humanistas e comunitários. Essa perspectiva compreende a Educação Infantil como parte de um ecossistema territorial, social e cultural. Seus pilares incluem uma ideologia educacional humanista, uma pedagogia que valoriza a experiência e a autonomia, a socialização como dimensão formativa, a construção de oportunidades desafiadoras e a valorização da diversidade como elemento constitutivo das interações. Fortunati afirma que San Miniato se organiza como “uma comunidade educativa enraizada na identidade do território” (2018, p. 54), indicando que a educação não se limita aos muros da instituição, mas se expande em redes de colaboração entre famílias, educadores, serviços sociais e culturais.

Nesse sentido, as experiências vividas nos primeiros mil dias de vida assumem relevância central. São períodos marcados por intensa atividade sensorial, simbólica e relacional, que estruturam a base da subjetividade e da aprendizagem. Vygotsky ressalta que "toda função psicológica superior aparece primeiro no plano social, depois no individual" (1991, p. 38), reafirmando o papel das interações na constituição do desenvolvimento infantil.

Outro ponto essencial observado na análise é a compreensão do trabalho pedagógico como ação coletiva. A Educação Infantil não é uma prática solitária, mas uma construção compartilhada entre educadores, famílias e diferentes instâncias sociais. Bronfenbrenner enfatiza que "o desenvolvimento humano depende da interação consistente entre os sistemas em que a criança participa" (1996, p. 22). Assim, a colaboração entre profissionais, famílias e instituições sustenta práticas mais consistentes e contextualizadas, valorizando a singularidade dos sujeitos sem anular suas diferenças. A ideia de que trabalhar coletivamente "não significa ser todos iguais" reafirma que a diversidade também está presente entre os adultos que compõem o processo educativo.

A organização dos espaços, tempos e agrupamentos constitui outro eixo de relevância. Práticas que envolvem grupos multietários, menor intervenção adulta nos momentos de cuidado e brincadeira, ambientes flexíveis e adaptação dos espaços a partir das experiências infantis evidenciam concepções pedagógicas que apostam na autonomia e na competência das crianças. Gandini destaca que "o ambiente é um educador silencioso" (2012, p. 51), indicando que a materialidade do espaço comunica expectativas, oferece oportunidades e condiciona modos de ser e interagir.

A premissa de pensar no que as crianças sabem fazer, e não no que ainda não sabem, revela uma pedagogia comprometida com a potência, com a confiança e com a construção de experiências significativas. Dewey lembra que "a experiência é o centro do processo educativo" (1938, p. 27), enfatizando que o tempo dedicado à exploração, à tentativa, à repetição e

à observação é constitutivo da aprendizagem. Nesse contexto, a ideia de “pausas” assume relevância pedagógica: trata-se da capacidade de interromper a ação para observar, interpretar, compreender e então intervir de maneira sensível. Rinaldi descreve essa postura como “a capacidade de esperar para compreender o que a criança diz antes de intervir” (2006, p. 102), indicando que a pausa é parte integrante do ato educativo.

3 CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que a Educação Infantil, ao ser concebida como campo ético, político e estético, demanda práticas que reconheçam a criança como protagonista de seus processos de aprendizagem e como sujeito de direitos.

A análise das instituições educacionais de San Miniato demonstra que princípios como escuta qualificada, participação, diversidade, organização intencional dos espaços e fortalecimento das redes comunitárias contribuem significativamente para a construção de ambientes educativos mais democráticos, acolhedores e culturalmente significativos. Ao dialogar com esses fundamentos, as instituições brasileiras podem ampliar suas perspectivas pedagógicas, incorporando modos de organização que valorizem o território, a identidade e a singularidade das infâncias.

Assim, compreender tais práticas não implica replicá-las, mas sim apropriar-se de seus sentidos para que possam inspirar transformações contextualizadas e comprometidas com a qualidade social da educação. Nesse sentido, reafirma-se a concepção de que “não há educação neutra; toda prática educativa implica escolhas que afetam modos de existir, de aprender e de conviver” (Freire, 1996, p. 30). Reconhecer o potencial dessas escolhas é fundamental para avançar na construção de políticas e práticas que assegurem às crianças brasileiras experiências educativas mais humanas, inclusivas e participativas.

REFERÊNCIAS

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Penso, 2019.

DEWEY, J. Experiência e educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FORTUNATI, A. A educação que inspira: protagonismo e identidade das crianças. San Miniato: Edizioni del Comune, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDINI, L. O ambiente como terceiro educador: fundamentos da abordagem de Reggio Emilia. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HECKMAN, J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. *Science*, v. 312, p. 1900–1902, 2006.

MALAGUZZI, L. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RINALDI, C. In dialogue with Reggio Emilia: listening, researching and learning. New York: Routledge, 2006.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Sobre o(s) autor(es)

Lucas Vitor Baumgärtner, Doutor em Educação, Secretaria Municipal de Educação de Brusque, lvbaumgartner@educacao.brusque.sc.gov.br

Bruna Bernardes Coelho Pereira, Especialista em Gestão Escolar, Secretaria Municipal de Educação de Brusque, educacaoinfantil@educacao.brusque.sc.gov.br

Daniela Fischer Zambonetti, Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais, daniela.zambonetti@educacao.brusque.sc.gov.br

Beatriz Aparecida Amorim, Especialista em Educação e Segurança humana, Secretaria Municipal de Educação de Brusque, beatriz.amorim@educacao.brusque.sc.gov.br